

A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA EM BARRA DO CHOÇA: OS ASSENTAMENTOS MOCAMBO, CANGUÇU E PÁTRIA LIVRE

Venezina de Oliveira Soares¹
Celso Donizete Locatel²

Resumo

Este texto trata-se de uma reflexão sobre os assentamentos de reforma agrária do município de Barra do Choça/BA. Faz parte da minha dissertação de mestrado, cujo título é a territorialização da cafeicultura no Planalto de Conquista/BA. Durante o trabalho de campo, verificou-se a necessidade de compreender sobre a estrutura fundiária dos municípios produtores de café do Planalto, dos quais Barra do Choça se destaca com maior produção. Partiu-se do pressuposto de que é relevante uma discussão sobre a territorialidade da reforma agrária neste município, haja vista que concentra três importantes assentamentos, que foram organizados a partir da inserção da cafeicultura na Região Econômica do Sudoeste da Bahia. Primeiramente, caracteriza-se o município, justificando a relevância do estudo. A seguir faz-se uma reflexão acerca da questão agrária considerando a escala nacional e local. Em seguida, são apresentadas algumas considerações sobre a estrutura agrária local, quando se discute de maneira sucinta sobre as bases dos assentamentos, bem como a organização produtiva e social das famílias assentadas.

Palavras-chave: Territorialização, Questão Agrária, Reforma Agrária

Estado da arte

¹ Graduada Em Geografia, Especialista Em Geografia Regional, Especialista Em Gestão Ambiental Municipal, Mestranda Em Geografia Pela Niversidade Federal De Sergipe – Ufs. Professora Substituta Da Universidade Estadual Da Bahia – Campus Vi - Caetitê/Ba. Professora Das Redes Municipal E Estadual De Ensino No Município De Barra Do Choça/Ba - Brasil . E-mail: venosoares@hotmail.com

² Orientador. UFS. E-mail: Celso.locatel@gmail.com

A questão agrária tem sido tema de diversas discussões no meio acadêmico e entre diferentes instituições afins, que se preocupam com as questões relacionadas com a justiça social e a distribuição da terra. Surge com o desenvolvimento do capitalismo, o qual vem proporcionando contradições e desigualdades no campo, aumentando cada vez mais a exclusão da população, que passa a viver em condições de subordinação e pobreza. Surge na Europa com o desenvolvimento do capitalismo, porque conforme Kautsky (1900), “[...] o capitalismo se desenvolve primeiro na indústria, porém, apropriando-se da agricultura ele estabelece aí a sua taxa de composição orgânica”.

Na compreensão de Amin e Vergopoulos (1986), a agricultura européia apresentou ao longo da história três etapas, a saber: a primeira, marcada pelo mercantilismo, ocorrida entre os séculos XV e XIX, que caracterizou a primeira transformação na agricultura, promovendo também a mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; a do século XIX, momento de consolidação da produção industrial, que imprime uma nova dinâmica à produção agrícola com incorporação de novas técnicas, caracterizando-se como a segunda; e a do século XX, que marca a “industrialização” da agricultura, considerada como terceira fase. Nessas fases, alia-se sempre o desenvolvimento da agricultura com outras atividades e vice-versa.

A tese que desenvolvemos aqui é a seguinte: as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p.21).

Assim, a complexidade dessa questão carrega consigo um longo período de contradições, que teoricamente surge no bojo do conflito entre Bonaparte e os camponeses, mais precisamente com o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, que naquele momento histórico promoveu para a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário [...]” (LÊNIN, 1985, p.83). Assim, contribuiu para o processo de formação do mercado interno para a indústria, expandindo-se para outras áreas do globo.

Não obstante, a expansão do capitalismo se exprime também pela organização do espaço agrário, bem como e, principalmente, pela organização da produção agrícola e industrial, que doravante se articulam numa interdependência sem igual, redefinindo as estruturas da divisão social e territorial do trabalho, do capital financeiro e do capital social, numa conjuntura cada vez mais antagônica, extraíndo do trabalhador a mais-valia necessária, mediante a submissão do regime de assalariamento, que tem sido cada vez mais injusto. Aliada a isso, ainda acentua a depreciação da matéria-prima em algumas áreas, reafirmando a dependência da agricultura em relação à produção industrial (AMIN e VERGOPOULOS, 1986).

Entre os estudiosos da “Questão Agrária”, tem sido comum a elucidação e a abordagem do tema no contexto da América Latina, particularmente, nos países considerados “em desenvolvimento”, principalmente, em função da “Reforma Agrária”, que ganhou destaque no contexto histórico das últimas décadas.

Na literatura ocidental, tanto popular como científica, é comum a afirmação de que a América Latina iniciou sua história posterior ao descobrimento com instituições feudais e que ainda as conserva, mais de quatro séculos depois. Fomos fundados como apêndice a decadente ordem feudal da Idade Média; herdamos suas estruturas obsoletas, absorvemos seus vícios, convertendo-os em instituições, nesta periferia de revolução do mundo moderno. Se vocês (os estadunidenses) procedem da Reforma, nós procedemos da Contra-reforma; escravidão do trabalho, do dogmatismo religioso, dos latifúndios... Negação de direitos políticos, econômicos e culturais para as massas; fronteiras fechadas para as idéias modernas. Em vez de criar

nossa própria riqueza, nós a exportamos para as metrópoles espanholas e portuguesas. Quando obtivemos a independência política, não obtivemos a econômica, porque a estrutura não mudou (FUENTES, *apud.* FRANK, 2005. p. 36-37).

Como se observa, as raízes da organização territorial da América Latina pautaram sob o comando das estruturas européias, emanadas sob os resquícios do sistema feudal, que perduraram por longos séculos, promovendo a riqueza externa, enquanto fortalecia a dependência interna de todos os países e povos os quais produziram esse território. Assim, historicamente o patamar do fracasso capitalista na América Latina quer dizer dependência contínua da monocultura, do sistema latifundiário, do subdesenvolvimento, bem como dependência continuada do capital estrangeiro (FRANK. 2005).

No Brasil, a "questão agrária" teve sua construção teórica e política no pensamento econômico posterior à Revolução de 1930, sistematizada posteriormente, nos anos 1960, com a necessidade da Reforma Agrária, enfocada sobre um debate político, cuja contribuição que a envolveu constituiu três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (DELGADO 2001).

Nesse contexto político e social, a Igreja católica teve importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não era exclusivo da Doutrina Social, inscreveu-se de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964 e, mais tarde, na Constituição Federal de 1988, substituindo "*de jure*" a velha tradição do direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que tratava a terra como uma mercadoria como outra qualquer (DELGADO, 2001, p. 05).

A partir dessa década, os movimentos sociais pela terra vão somando e se fortalecendo, no sentido de fazer valer a luta dos sem-terra, e vão ganhando força tanto

no território brasileiro, como também em vários outros países da América Latina. Essa luta se estende pelos anos que se seguem, incluindo não apenas os camponeses desprovidos de terra, mas também parte da população pobre e sem emprego que reside nas periferias das cidades, muitas vezes oriunda do campo, expulsos pelas políticas neoliberais desenvolvidas no Brasil, em função do processo de “modernização” da agricultura, com a conseqüente “mobilização do capital”. Todavia,

[...] é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela reforma agrária participam diferentes instituições. [...] a diferenciação da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda (FERNANDES, 1998, p. 1).

Considerando esse entendimento, não se pode negar, em primeira instância que a luta pela terra, de modo especial, no Brasil, é bastante anterior à proposta da luta pela reforma agrária. Negar essa condição seria tirar o mérito daqueles que deram o pontapé inicial nessa questão, haja vista que daí é que surgiu e emergiu a união de várias forças e de vários segmentos sociais, no sentido de fazer valer o direito pela posse da terra para os trabalhadores rurais.

Na década de 1980 os movimentos em favor dessa questão ganham força e se acirram ainda mais, elevando os ânimos dos grupos e/ou indivíduos envolvidos no processo da luta pela terra, especialmente na Região Sul e no estado de São Paulo. Neste contexto, a Reforma Agrária brasileira começa a ser pensada com maiores interesses e, em 1984 institui-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual se estrutura e se organiza no ano que se segue, tornando movimento autônomo. Na década de 1990, o MST se projeta a nível nacional, demonstrando alto poder de mobilização, e, na atualidade tem representação em quase todas as unidades federativas do país. (MARQUES, 2008). Portanto,

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da

industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. [...]. A reforma agrária surge como alternativa de trabalho, morada e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva (Id op. cit. p. 63).

Nessa trajetória, as velhas práticas centralizadoras desenvolvidas ao longo a história do Brasil, concorrem para a ampliação do domínio territorial do latifúndio e do trabalho assalariado no campo, ao mesmo tempo em que multiplicam-se as pequenas unidades de produção e o trabalho familiar camponês, isto porque o capitalismo leva a uma generalização do trabalho assalariado, mas também se apóia nas formas familiares de produção. Desse modo,

A estrutura fundiária brasileira comporta, portanto, dois elementos fundamentais: As pequenas propriedades com o maior índice de uso agrícola do solo, mas cobrindo uma pequena porcentagem da área total já apropriada; Os grandes latifúndios, com baixíssimos índices de aproveitamento do solo e cobrindo grandes extensões do total das terras apropriadas; A convivência desses dois pólos têm como resultado: o desemprego, a expulsão dos pequenos proprietários, a elevação do preço da terra, o conflito, muitas vezes armado, com um saldo cada vez maior de mortes e feridos (PEREIRA, 1994, p. 115).

Nota-se, portanto, que tal complexidade é decorrente do imbricamento existente entre os grupos sociais antagônicos que estão engajados diretamente nas atividades produtivas. Desse modo, uma questão que deve ser lembrada quando se trata da reforma agrária, é o fato dela ser compreendida como redentora da situação agrícola no país, principalmente nas áreas de menor crescimento econômico de regiões mais precárias economicamente do país.

Essa questão deve ser ressaltada, porque na década de 1990, a luta pela reforma agrária passa a ser vista como uma boa probabilidade de oferecer empregos a menores custos que o emprego nas áreas urbanas, isto, em função da redução da oferta de

empregos nas cidades. Além do mais, neste mesmo período, criam-se também alternativas diversas para o campo, a exemplo do cooperativismo, dos pólos agroindustriais, bem como a criação de estratégias, no sentido de articular a produção das famílias dos assentados com diferentes agentes econômicos (STEDILE, 2006).

Portanto, não se pode negar a importância da luta pela terra, visto que procura promover a redução da exclusão social daqueles desprovidos dos meios de produção, nesse caso a terra e demais políticas necessárias para a produção. Pois “[...], os assentamentos de reforma agrária constituem espaços nos quais se tem verificado a recriação de formas de organização social, econômica e territorial camponesa” (MARQUES, 2008, p. 63)

Dessa maneira, todos os teóricos que estudam essa questão “ concordam, [...] com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. (OLIVEIRA, 2007 p. 08).

Conforme se observa, tratar da questão agrária desse país não é tarefa fácil, porém, deve ser levada a efeito, pois está imbricada na formação história do Brasil, intimamente relacionada com as questões da luta pela terra, no sentido de conduzir os trabalhadores para uma melhor condição de sobrevivência, sobretudo, levando em consideração a situação de pobreza e descaso em que os mesmos se encontram, mesmo compreendendo a diversidade aí existente, que tem sido marca registrada da agricultura nesse país.

Nesse caso, a luta que tem sido vivenciada pelos chamados “sem terra”, se expressa em função das raízes históricas, culturais e econômicas, como também pela relação direta com a natureza e o jeito de se apropriar e utilizar dos recursos naturais, principalmente, se considerar a extensão territorial brasileira com seus diferentes biomas, cada qual com suas especificidades e adversidades, como também com a heterogeneidade dessa classe. Portanto, “Há um processo de recriação e territorialização camponesa em curso que corta o território brasileiro e lhe impõe novos conteúdos, decorrentes das novas maneiras como se organizam e se autodefinem os diferentes grupos (MARQUES, 2008, p. 64).

Resultados e discussão

No estado da Bahia, essa realidade não é diferente das demais regiões do Brasil, afinal, o estado está articulado na mesma conjuntura, vivenciando do processo vinculado ao modo de produção capitalista, voltado para dar sustentabilidade às elites burocráticas e governamentais desse país.

A partir da década de 1970, ocorreram transformações consideráveis na estrutura agrária e nas relações de trabalho no Estado da Bahia, as quais estavam aliadas ao “desenvolvimento” do capitalismo no campo com a chamada “modernização” da agricultura. Assim,

[...] constatou-se que a implementação das relações capitalistas no campo, a partir da necessidade da inserção do Sudoeste da Bahia, no sistema da reprodução ampliada do capital, representou uma mudança radical nas formas de organização social e nas relações de produção desenvolvidas até então no território. Uma destas mudanças substanciais diz respeito à forma de uso da terra. Esta, até então, tinha como princípio fundamental o uso e a posse. Com o processo de “modernização” via implantação do cultivo do café, estas passam a sofrer um processo de valorização, sendo objeto de disputas entre aqueles que viviam da terra há décadas e até séculos e aqueles que vêm na propriedade privada da terra a possibilidade de renda e de lucros crescentes. Assim, a terra se transforma em mercadoria e os conflitos no território são inevitáveis (SOUZA, 2009, p 18).

Como se observa, a expansão ocorrida na década de 1970 deve-se, principalmente, à incorporação de novas áreas, (nesse caso, houve expansão da fronteira agrícola, aliada à variação e especialização da produção) que contribuiu para o aumento da concentração da propriedade da terra, conforme pode ser observado (tabela 01).

**Índice de Gini - Concentração da Propriedade da Terra
Bahia 1960/70/80**

	1960	1970	1980
BAHIA	0,7716	0,7854	0,8128

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários. Cálculos: NSE/CEI.

Entre 1960/70, o crescimento do índice de concentração corresponde a um impulso progressista, de 1,79%, ao passo que, entre 1970/80, esse aumento foi de 3,49%. Percebe-se, portanto, que na Bahia o processo não é diferente dos demais estados do país, pois obedece à lógica da nova estrutura, mesmo considerando que esse incremento não ocorre na mesma proporção para todas as regiões.

No caso específico da microrregião do Planalto de Conquista - Região Sudoeste da Bahia, esse incremento se deu em decorrência da implantação da cultura do café na década de 1970. Do mesmo modo, esse processo é observado em outras regiões que também se destacaram com aumento significativo da concentração de terras, como os chapadões do Alto Rio Grande e Baixo Médio São Francisco, região metropolitana de Salvador, Norte Baiano e Médio São Francisco.

Todo esse processo vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970 a 1990, período da implantação de culturas destinadas para a exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação no Estado.

Além disso, a introdução dessas novas culturas vem acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, bem como de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), difundindo assim, a utilização de créditos bancários, promovendo maior vinculação com os setores industriais internacionais.

Sobretudo, as relações tradicionais subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas, para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão-de-obra rural, na tentativa de viabilizar a acumulação. Nessa perspectiva,

A economia política do sistema internacional exhibe uma *dinâmica estrutural* do centro sobre a periferia cujo objetivo é o

controle das contradições da acumulação em escala mundial. Isso não significa que as relações capitalistas e forças produtivas não se desenvolvam nas periferias; desenvolvem-se subordinadas econômica e politicamente, sob uma tendência geral de polarização (YEROS, 2007, p. 154).

Todavia, essas mudanças ocorridas a partir de 1970, não foram suficientes para caracterizar um processo de transformação em todos os segmentos sócio-econômicos do Estado. Algumas áreas passaram por mudanças mais significativas, como é o caso das grandes cidades, onde são aplicados os lucros e rendas dos grandes empresários rurais em novas moradias e em outros negócios, fazendo aumentar a renda produzida na agricultura. Assim, por meio dos princípios da subordinação, da comercialização e da monopolização, o capitalismo promove muitas contradições, ou seja, promove desenvolvimento ao mesmo tempo em que produz subdesenvolvimento (FRANK, 2005).

No município de Barra do Choça, a situação não se difere das demais regiões que tiveram áreas privilegiadas para o cultivo de monoculturas. Desde a data da sua emancipação política que ocorrera em 1962 até o ano de 1970, o município contava apenas com 8.953 habitantes, sendo que 83% moravam na zona rural. As atividades econômicas eram a pecuária extensiva e a agricultura de feijão, milho e mandioca que atendia às necessidades básicas da população, sendo que o excedente era comercializado nas localidades próximas. Até este período, a atividade econômica é assentada no setor primário, sobretudo na lavoura, com predominância da agricultura familiar. Este segmento absorve um contingente considerável de membros das famílias, evidenciando, assim, a função social da terra.

A partir do ano de 1972, o município passa a ser o grande atrativo dos agricultores interessados em investir na cultura do café na Região Sudoeste da Bahia, visto que as pesquisas do Instituto Brasileiro do Café-IBC classificam-na como propícia para desenvolver a atividade, pois se destaca com solo e clima favoráveis. Além disso, o café é uma commodity de relevância considerável no rol das exportações brasileiras, bem como na cadeia produtiva internacional.

Assim, as áreas consideradas de clima e solos adequados, passam a ser mais valorizadas e seus proprietários começam a ceder “espaços” para garantir a inserção da

nova cultura, formando novos territórios, agora sob a lógica da organização da agricultura moderna capitalista. Com isso, as terras passam por um processo de fragmentação e valorização, caracterizando uma nova dinâmica no espaço rural local. Não obstante, a agricultura camponesa também começa a passar por transformações, muitas vezes, cedendo “espaço” para a nova estruturação da organização rural capitalista.

Para evidenciar melhor a realidade da estrutura fundiária local, é importante avaliar a tabela 02, que mostra alguns dados sobre os estabelecimentos agrícolas do município em 1997. Para este trabalho foram destacadas 1000 propriedades, mas é interessante destacar que atualmente as propriedades rurais do município somam um total de 1.502. (IBGE, 2006).

Tabela 02 – Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça /BA. 1997

Classes de Área	Nº de Estabelecimentos	%	Total da Área (há)	%
Até 20 ha	518	51,8	2.970	7,6
20 - 40	181	18,1	4.735	12,1
40 - 60	106	10,6	5.192	13,3
60 - 80	53	5,3	3.313	8,
80 - 100	36	3,6	2.356	6,0
100 - 200	72	7,2	9.714	25,0
>200	34	3,4	10.693	27,5
TOTAL	1.000	100,0	38.977	100,0

FONTE: Venezina de Oliveira, UESB - 1997.

Os dados demonstram que as pequenas propriedades continuam a expressar um aumento considerável, representando 51,8 do grupo que detém até 20 hectares. Entretanto, no que se refere ao total da área, logo se percebe a disparidade, visto que comportam apenas 2.970 hectares, isto é, 7,6 % do total da área. Ao contrário, na proporção que reduz a quantidade de propriedades, gradativamente aumenta a representação total da área em hectares. Os estabelecimentos que comportam áreas acima de 200 hectares detêm área total de 10.693 hectares. Em relação ao número, a representatividade é pequena, apenas 34 estabelecimentos, enquanto que a área

representa um total de 27,5 %, ou seja, muito elevada se comparada com os 518 estabelecimentos que detém apenas 2.970 hectares no seu total.

Nessa conjuntura, a região passa a ser vista com outros olhos a partir desse período, não apenas pelos investidores do café, como também pelos pequenos produtores rurais, inclusive pelo MST, que começa a ocupar áreas de interesse da categoria.

As primeiras ocupações do MST na Região Sudoeste da Bahia se deram com o apoio de algumas entidades da Igreja Católica, como a Comissão Rural Diocesana (CRD) e a CEBs. As primeiras áreas a serem ocupadas foram a fazenda Santa Marta em 1987 (hoje Assentamento Amaralina, com 131 famílias). Essa ocupação chamou a atenção de vários trabalhadores, que começaram a invadir e fixar terreno em várias áreas.

A ocupação da Fazenda Mocambo em agosto de 1994, no município de Barra do Choça, foi a primeira demonstração de força e luta do movimento nessa região, que ficou conhecido como o marco do MST no Sudoeste Baiano, (hoje Assentamento Mocambo, com 80 famílias). Para tornar efetiva essa ocupação, foi travado um confronto com alguns jagunços pagos pelo então “proprietário” da fazenda e alguns representantes do MST. Esse conflito ocorreu no dia 29 de outubro de 1984, e, infelizmente, ficou marcado pela morte de dois integrantes do movimento, Sr. Manoel Bonfim e Sra. Maria Zilda. Em resposta, os demais integrantes se revoltaram e ocuparam definitivamente as fazendas Lagoa e Caldeirão, onde é hoje o Assentamento Mocambo.

Atualmente o município conta com três assentamentos rurais, que totaliza uma área de 2.430 hectares, com 163 famílias, as quais trabalham num sistema semi-cooperado cuja produção se destaca com café e pecuária leiteira. O Assentamento Mocambo, localiza-se na rodovia Vitória da Conquista/Barra do Choça - km 14, com área de 1.236 hectares e assenta 80 famílias; o Assentamento Cangussu, que fica localizado na região do Povoado Cafezal, com área de 877 hectares, que assenta 60 famílias; e, o Assentamento Pátria Livre, que se localiza no Km 20, a leste da rodovia Vitória da Conquista/Barra do Choça – km 20, cuja extensão territorial é de 317 hectares, que atende 23 famílias de trabalhadores rurais.

O Assentamento Cangussu tem uma história marcada pela contradição entre a ocupação de uma área em Vitória da Conquista, mas que culminou em outra área do município de Barra do Choça. Em 27 de abril 1997 o movimento invadiu a fazenda Tamboril de propriedade do senhor Raul Ferraz, situada no município de Vitória da Conquista, a qual foi ocupada por 220 famílias, as quais sonhavam com a posse da terra onde pudessem plantar e ganhar o sustento de suas famílias.

Todavia, esse sonho não virou realidade, vez que em maio 1997, os acampados foram despejados e levados para outra área do mesmo município. Porém, a luta não se encerra aí, pois os trabalhadores estavam determinados em resolver a situação da coletividade. Assim, ocuparam outra área, desta vez na fazenda Cascata Cangussu, de propriedade do Sr. Wilson Ferraz, agora com um número reduzido de famílias. Porém, também foram despejados dessa área.

Apesar de vários despejos e muita luta, esses trabalhadores continuaram ocupando áreas de terras improdutivas, até que em 1999 eles foram contemplados com a emissão de posse da Fazenda Cangussu, sobre o decreto nº.85 do Diário oficial de 06 de maio de 1998. A partir dessa data, teve finalmente o registro de Assentamento Cangussu, localizado a 15 km a Sudoeste da sede do município de Barra do Choça/BA. Este importante acontecimento culminou com a mobilização denominada Marcha Brasil de Vitória da Conquista a Salvador, cujo percurso foi realizado a pé pelos militantes do MST.

Para esta fazenda foram selecionadas e assentadas 60 famílias, dentre elas foram consideradas aquelas que tinham maior tempo de resistência na luta pela terra. As outras famílias foram subdivididas para outros assentamentos do MST, na regional. Cada lote equivale a uma área de 10 ha por família, onde desenvolve o trabalho coletivo. As áreas de nascentes e reservas florestais formaram a área de Preservação ambiental Permanente - APP.

As residências são em forma de agrovila da mesma área. É organizado e articulado através de várias representações coletivas que formam núcleos e brigadas, sob a direção e coordenação do regional do MST. Ao contrário do Assentamento Mocambo, as famílias dão preferência ao desenvolvimento de práticas agrícolas destinadas primeiramente para a alimentação de suas famílias, com destaque para a

produção de batata doce, banana, milho, mandioca, melancia e feijão. Esta característica tem garantido com maior eficácia a reprodução do modo de vida da classe camponesa.

O assentamento Pátria Livre que teve sua ocupação de forma pacífica, devido aos interesses do proprietário da terra, bem como em função do contexto em que a fazenda se encontrava. Assim, sem muitos problemas a enfrentar, o MST recebe a emissão da posse da terra em outubro de 2004, onde foram assentadas 23 famílias, que vieram de ocupações de outras fazendas vizinhas e/ou de outros municípios da região Sudoeste da Bahia.

Os assentados desfrutam de uma infra-estrutura que já havia sido instalada na fazenda anteriormente. Para o processo de adaptação das famílias, foi necessária apenas a construção de barracos, os quais são em forma de *núcleo de habitação*. Desenvolvem o cultivo de produtos alimentícios, no sentido de abastecer primeiramente as necessidades das famílias. Os jovens do assentamento participam de várias atividades educacionais ligadas aos setores de ensino do município e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB em Vitória da Conquista.

Em parceria com órgãos dos governos local e estadual, desenvolvem importantes programas de assistência técnica na agricultura, bem como as políticas sociais, mediante as regras estabelecidas pelo movimento dos sem-terra. Os membros trabalham de forma coletiva, evidenciando assim, a importância da unidade do movimento, no sentido de cumprir a sua função social.

Contudo, ainda existem alguns gargalos, que, segundo relata os presidentes dos assentamentos, não se resolve o problema de famílias e trabalhadores sem-terra apenas assentando as mesmas, isto é, dando-lhes um pedaço de terra, é necessário que essa terra venha acompanhada das condições necessárias de moradia e sobrevivência. Concluem argumentando, para que a gente se sinta seguro e devidamente amparado, ainda existe um longo caminho a seguir, e só com muito trabalho coletivo, investimento e reconhecimento por parte dos governos e das pessoas em geral, é que essa condição poderá melhorar.

Isto, porque os trabalhadores sem-terra são vistos como baderneiros, “sem-que-fazer” maltrapilhos e outras coisas mais. Além disso, os problemas e os desafios são uma constante, pois conforme já foi dito, as políticas ainda não são capazes de dar conta

de uma vida justa e digna para os cidadãos do campo, mesmo daqueles que se encontram assentados.

Assim, ressalta-se a importância do estudo ora apresentado, numa tentativa de contribuir com o meio acadêmico e com a comunidade barrachocense, de modo especial, de uma classe que sobrevive em meio a muitos conflitos, sem a devida atenção e merecimento dos governos e da sociedade como um todo, seja a nível local, regional e nacional.

Portanto, merecem maior atenção da sociedade civil e organizada, todos os camponeses e os trabalhadores sem-terra, os quais têm um jeito próprio de ser, de produzir e de conviver com o meio e os recursos do lugar onde residem, e que se destacam com igual importância na atual conjuntura em que vivemos.

Referencias

AMIN. Samir, VERGAPOULOS. Kostas, **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

DELGADO, Guilherme C. - **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra**: um estudo da reflexão agrária: ensaio sobre pensamento econômico, economia e sociedade agrária no Brasil. Est. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001.

FRANK, Andre Gunder. **A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo** – 1964. In: A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980 / João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam -1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: Formação e territorialização em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec,1999

GRAZIANO DA SILVA, José. **O “bóia-fria”**: entre aspas e com os pingos nos is. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. A mão-de-obra volante na agricultura. São Paulo: Polis, P. 137-176, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)– **Censos Agropecuários**. Cálculos: NSE/CEI. 1960/70/80.

YEROS, Paris. **A Geopolítica da Reforma Agrária**. In: Geografia Agrária: teoria e poder / Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Julio Cesar Suzuki (orgs) – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007, 384p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoig. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Ines Medeiros. **Agriculturae Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo, Expressão Popular: UNESP, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª ed. FFLCH / Labur Edições. São Paulo 2007.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Douglas Santos, Marcos Bernardino de carvalho - **Geografia Ciência do Espaço: O Espaço Brasilleiro** / 2ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

STEDILE, João Pedro. **Questão Agrária e Reforma Agrária: uma discussão política**. In: **A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

SOARES, Venezina de Oliveira. **A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça/ BA**. UESB, Vitória da Conquista, 2007.

SOUZA, Suzane Tosta. **Luta Pela Terra e Reprodução Camponesa no Sudoeste da Bahia**. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-27. Disponível em WWW.ibge.gov.br.municipiosbrasileiros**. Acesso em 07/08/2009